



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM AUTISMO LEVE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

SILVA, Edi Ronei Anacleto¹
CARMO, Ilso Fernandes²

Resumo

O presente trabalho aborda a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares tendo como foco o autismo. Busca-se com este artigo mostrar por meio de pesquisas bibliográficas a importância da inclusão dessas crianças nas escolas. Dentro das pesquisas realizadas, os resultados apresentados segundo os autores, que as crianças mesmo estando matriculadas no ensino regular com todo acompanhamento pedagógico do professor regente, muitas das crianças autistas não desenvolvem suas habilidades na leitura e escrita. E que os docentes encontram muitas dificuldades para trabalhar com criança autista, apresentando pouco conhecimento sobre a deficiência, e com isso sentem-se despreparados para alfabetizar esses alunos.

Palavras – chave: Inclusão, Autismo, Despreparados.

Abstract

The present paper addresses the inclusion of children with special needs in regular schools focusing on autism. This article aims to show, through bibliographic research, the importance of including these children in schools. According to the research, the results presented according to the authors, that children even being enrolled in regular education with all the teacher's pedagogical follow-up, many of the autistic children do not develop their reading and writing skills. And that teachers find it very difficult to work with autistic children, presenting little knowledge about disability, and with that they feel unprepared to teach these students.

Keywords: Inclusion. Autism. Unprepared.

Resume

Le présent document traite de l'inclusion des enfants ayant des besoins spéciaux dans les écoles ordinaires axées sur l'autisme. Cet article vise à montrer, à travers des recherches bibliographiques, l'importance d'inclure ces enfants dans les écoles. Selon la recherche, les résultats présentés par les auteurs montrent que même si les enfants sont inscrits à l'enseignement régulier avec tout le suivi pédagogique de l'enseignant, de nombreux enfants autistes ne développent pas leurs compétences en lecture et en écriture. Et les enseignants ont beaucoup de difficulté à travailler avec des enfants autistes, en leur présentant peu de connaissances sur le handicap et avec lesquels ils ne se sentent pas préparés à enseigner à ces élèves.

Mots-clés: Inclusion. Autisme. Non préparé.

¹ Pedagogo especialista em Neuropsicopedagogia e professor da Rede Estadual de Educação no município de Juína MT. E-mail: edi_anacleto@hotmail.com

² Professor Doutor da Pós Graduação lato sensu em Neuropsicopedagogia da Faculdade Ajes campus Juína MT. E-mail ilso@ajes.br



Introdução

Muito tem se discutido na atualidade a questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais, na sociedade como um todo, e também principalmente no ambiente escolar sendo necessário, que toda a comunidade escolar tenha conhecimento sobre as necessidades especiais, tornando um espaço escolar lugar onde possa oferecer as possibilidades do desenvolvimento pleno do aluno.

Nota-se que quando a criança autista chega à sala de aula, muitos professores não sabem como lidar com esse tipo de criança, desconhecendo os vários tipos desse transtorno. Lembrando que não é obrigação de o professor saber, pois não existe nenhuma legislação que garanta que ele deve ter uma preparação ou formação para saber lidar com estes alunos na sala de aula, mas, mostra – se a necessidade desse profissional estar a cada dia mais capacitado, pois a concorrência a cada ano é maior no ramo educacional, e os mais preparados apresentam mais chances de trabalho.

Sobre a que metodologias a serem usadas na sala de aula, nem todas chegam a auxiliar o processo de aprendizagem para crianças autistas. Um fator que impossibilita o uso destas metodologias é a falta de preparação do professor para atuar numa sala com alunos com deficiência, que tem que ser revisto por si mesmo e pela escola.

Esse despreparo dos professores frente à dificuldade em trabalhar as novas práticas desafiadoras não é culpa de si, mas do próprio sistema, não ofertando preparo para o novo, tornando-os muitas vezes, inseguros diante da inclusão. Os profissionais da educação nessa nova abrangência, precisam ser abertos às inovações educacionais, buscando uma formação continuada com parcerias com as redes de ensino, que tem o dever de dispor de capacitação aos profissionais, qualificando-os para as novas propostas educacionais.

Os estudos deste artigo buscam contribuir para professores, pais, acadêmicos e pessoas interessadas no assunto, no sentido de proporcionar questionamentos sobre o tema e ampliar formulações teóricas a esse respeito.



A inserção da inclusão na legislação: definições, conceitos e conquistas na sociedade brasileira

A educação é um direito de todos assim como mostra a Constituição Federal de 1988, capítulo III, seção I:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a constituição, o Estado e a família têm o dever de promover o acesso da criança à escola. O dever do Estado é construir escolas e capacitar profissionais para que venham contribuir para a construção da cidadania de cada criança. Cabe à família responsabilizar-se por levar essas crianças à escola, contribuindo também para a sua formação.

Sendo que a inclusão está cada vez mais abrangida no meio social das pessoas, entretanto a mesma é de extrema importância para a vida de um cidadão com necessidade especial, sendo que passa a conviver em sociedade se desenvolvendo com mais habilidades seu potencial cognitivo, afetivo e social.

Para Cavalcante (2006, p. 164), “O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola”. Atividades com esse propósito se encaixam no dia-a-dia dos professores e alunos e tendem a dar resultados a longo prazo.

Segundo a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), a proposta de educação inclusiva declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade/série.

Portanto, diante dessa proposta a escola deverá adaptar para atender as necessidades dos alunos inseridos em classes regulares. Entretanto a educação inclusiva deverá ser colocada em prática em uma escola inclusiva que busque ações para a integração e a opção de práticas heterogêneas.



Segundo BRASIL (2008), foi publicada a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que preconiza o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos independente de sua deficiência, transtornos globais e altas habilidades nas escolas regulares.

Assim o Ministério da Educação, planejou a política de inclusão e a reestruturação do sistema educacional, objetivo de tornar a escola um espaço democrático, para que possa acolher e garantir a permanência de todos os alunos independente da sua diferença. Com esse intuito a escola passa a ser entendida como um espaço para todos, no qual os alunos possam construir seus conhecimentos de acordo com suas capacidades, expressarem suas ideias sem receio, e que também possa se desenvolver como cidadãos nas suas diferenças.

Atualmente nas escolas que existem alunos portadores de autismo, observa-se que os mesmos estão frequentando classes regulares. Em muitas unidades o aluno frequenta a classe regular todos os dias, durante o tempo total da aula e no contra turno o aluno participa da sala de recurso uma a duas vezes por semana, porém mesmo tendo o atendimento no contra turno, não há profissional capacitado para atender todas as necessidades do aluno.

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (BEREOHFF, 1991, p. 11).

Em relação à legislação que norteia o trabalho da escola, Ross (2004) avalia que temos as mais avançadas em termos de respeito às garantias sociais e educacionais de participação igualitária da pessoa com deficiência nas várias esferas da sociedade, contudo o que se percebe é que esses direitos são constantemente violados, o que leva a exclusão de muitas crianças, adolescentes e adultos das oportunidades educacionais em relação ao acesso à escola, acesso ao conhecimento, à aprendizagem, o que geralmente leva ao fracasso e a evasão escolar.

De acordo com Glat e Nogueira (2002) é na formação de professores, que é preciso desenvolver a possibilidade de “analisar, acompanhar e contribuir para o **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 5, n. 1, p. 34-45, maio/ago. 2019, ISSN: 2525-670X** 37



aprimoramento dos processos regulares de escolarização”, considerando as diferenças entre os alunos e atendendo às mesmas. Considerar as diferenças individuais, as diversidades e suas implicações pedagógicas é condição fundamental para a elaboração do planejamento pedagógico e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem que atendam ao princípio da educação inclusiva.

Assim Mantoan (1997), destaca que para que a inclusão se efetive é preciso um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalhar com as diferenças, a diversidade, nas suas salas de aula. O que deve ser colocado em prática nos cursos de formação de professores. Formar professor crítico e comprometido com o ensino e aprendizagem de seus alunos. Professor que esteja preparado para trabalhar com as diferenças num contexto crítico. Que aceite, valorize e discuta a diferença, compreendendo que precisa ser competente no ato de ensinar e estar comprometido em garantir o direito desse aluno à aprendizagem é um desafio, pois muitos desses futuros professores são ou foram excluídos social e educacionalmente, são diferentes, tem necessidades educacionais especiais, tem dificuldades de aprendizagem, desejam superar limites e ascender socialmente.

No entanto não bastam apenas conhecimentos sobre necessidades especiais, é preciso garantir que o conjunto de professores se aproprie desses conhecimentos e se transforme, transformando sua práxis pedagógica, o que só acontecerá se estes tiverem “consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional e pessoal”, defende (PRIETO, 2006, p. 06).

Já Perrenoud (1995) destaca que são necessários que as situações de ensino-aprendizagem sejam organizadas de maneira que possam atender satisfatoriamente as necessidades educacionais de todos os alunos. Diferenciar o ensino é organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam mais fecundas. Implica, pois, o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos consigam atingir as metas escolares, por meio de um acompanhamento e percursos individualizados.

De acordo com Cardoso (2003), a inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 5, n. 1, p. 34-45, maio/ago. 2019, ISSN: 2525-670X 38**



aplicar soluções adequadas. Falar de inclusão no Brasil é falar de inclusão social, do direito de cidadania de todas as crianças.

A educação inclusiva visa a superar a exclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais tanto na área cognitiva, quanto nas áreas emocional e social através da inclusão destes na escola regular, priorizando a integração com toda a escola. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários.

A inclusão não atende apenas às crianças com deficiência, mas também a todas as crianças inseridas na escola, até as excluídas ou discriminadas. Quantas vezes na sala de aula, ao organizar trabalhos em grupo, a menina gordinha ou o garoto negro ficam isolados? A discriminação não ocorre apenas entre os estudantes. Muitas vezes as avaliações servem mais para ver quem se encaixa nos padrões de aluno ideal do que para medir o progresso de cada um, dentro de suas possibilidades.

De acordo com Mantoan (2003), a avaliação do desempenho escolar também precisa sofrer mudanças para se ajustar às características de um ensino para todos. Esta é uma barreira bastante difícil de ser transposta, porque a avaliação tem sido um instrumento de poder da escola.

A escola, em seu processo pedagógico, está direcionada para si, valorizando o aluno que apresenta um bom rendimento e discriminando o aluno que apresenta dificuldades. Ao discriminar e culpar os alunos pelo fracasso, ela nega o seu papel de educadora crítica.

Mantoan (2003), os conteúdos curriculares são tantos que tornam alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco abre espaços para o talento das crianças. Assim, quem não acompanha o conteúdo está fadado à exclusão e ao fracasso. Isso não ocorre somente com as crianças deficientes. A escola trabalha com um padrão de aluno, e quem não se encaixa nele fica fora desse contexto.

Mantoan (2003), ao educador não cabe o papel de mero executor de currículos e programas predeterminados, mas sim de alguém que tem condições de escolher atividades, conteúdos ou experiências que sejam mais adequadas para o



desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, tendo em conta o seu nível e suas necessidades.

Hoje a educação especial é entendida como a modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania. O atendimento educacional especializado é apenas um complemento da escolarização, e não um substituto.

Para Fonseca (2003), as intervenções do professor devem ser direcionadas para desequilibrar, apresentar desafios e apoiar o aluno nas suas descobertas, sem retirar-lhes a condução do seu próprio processo educativo, fazendo a integração de saberes decorrentes da transversalidade curricular e que se contrapõem ao consumo passivo de informações.

Segundo Fonseca (2003), com base nestas estratégias, a escola deve transformar-se numa comunidade aberta, colaborando e estimulando para que todos os estudantes sejam valorizados em termos de sentimento de competência, em termos de desenvolvimento de valores inclusivos, compartilhados por todo o pessoal da escola: estudantes, professores, gestores, pais, prestadores de serviços.

É na convivência com outros e com o meio ambiente que as necessidades de qualquer ser humano se apresentam. Em razão disso, é verificada a importância da inclusão, em particular no contexto escolar. É fundamental a compreensão de que a inclusão de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, é condicionada pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem de todos nós, em ações tanto individuais quanto coletivas.

Finalizando, Rodrigues (2006), contempla que para que a inclusão escolar ocorra é necessário que a escola regular ofereça para os alunos ótimas condições de ensino-aprendizagem, sendo necessário, então, modificações na sua estrutura, principalmente no que diz respeito ao oferecimento dos serviços da Educação Especial na escola regular e na classe comum de ensino.



Deficiência e o autismo no meio social

No mundo em que vivemos, há diversos tipos de deficiências humanas, sendo que cada uma com suas limitações e características próprias.

Assim, destacamos o significado da palavra deficiência, através do dicionário Ferreira (2001), nos diz que os significados para a palavra deficiência: 1. Falta, falha, carência. 2. Imperfeição, defeito. 3. Insuficiência. Entretanto o termo “deficiência” pode ser usado para indicar a falha de algo, nas áreas física, sensorial, mental, comportamental ou em outras.

Entretanto na Convenção Interamericana (2001), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001,

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (BRASIL, 2001, Art.1, p. 3).

Na atualidade muito tem sido discutido sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, principalmente no ambiente escolar. Para que a inclusão aconteça no espaço escolar, é necessário que toda a comunidade escolar esteja preparada e tenha conhecimento sobre as necessidades especiais a serem incluídas na escola, pois os espaços devem oferecer as possibilidades possíveis para o pleno desenvolvimento do aluno.

De acordo com Buscáglio (2002), os pais tem dificuldade de aceitar o fato de ter um filho com necessidades especiais, muitas vezes isso acontece devido o preconceito que a sociedade apresenta com crianças com necessidades especiais. Porém o trabalho da família na vida da criança é de extrema importância quanto dos profissionais que trabalham e ajudam no processo de desenvolvimento da criança.

Com o passar dos tempos, muito se discute sobre a educação inclusiva, no qual a educação do ensino regular é ensinar igual para que todos aprendam da mesma forma, sendo crianças consideradas “normais” e com necessidades especiais. Porém muitos pensam que a inclusão é apenas colocar a criança em uma



sala de aula regular sem algum apoio, sem as condições necessárias, sem isso o processo de inclusão é impedido.

Grandes partes dos professores, não estão preparados para uma educação inclusiva, assim demonstram dificuldades frente às praticas novas e desafiadoras, sendo que o próprio sistema não os preparou para o novo, deixando muitas vezes os mesmos inseguros com a inclusão.

Para adquirir cada vez mais os educadores precisam ser flexíveis e abertos às inovações educacionais, sempre buscando formação continuada seja ela através de cursos e parcerias, e sempre estar qualificado para as novas propostas educacionais.

A criança com necessidade especial ao ser estimulada em suas habilidades desenvolve sua percepção, imaginação, criatividade, lateralidade e socialização, contribuindo assim para o conhecimento em todas as áreas de aprendizagem. Outro instrumento para ajudar a criança a desenvolver suas habilidades é a utilização de novas tecnologias no processo de aprendizagem.

Ensinar crianças com necessidades educacionais especiais, na sociedade em que vivemos ainda é um desafio. Mesmo depois que a inclusão tornou realidade, com a publicação de leis e dada à necessidade das instituições para atender esses alunos, surge à escola que ensina todos os alunos, mas ao mesmo tempo necessitam de conhecimentos, adaptações e dispor de alternativas e estratégias para a socialização e interação social dos mesmos.

Bereohff (1991), diz que educar uma criança autista é uma experiência que faz com que o professor reveja e questione suas ideias sobre o desenvolvimento, educação e competência profissional, tornando um desafio descrever o impacto dos primeiros contatos entre o professor e a criança, sendo na maioria das vezes é imprevisível.

Os profissionais da educação devem possuir uma margem de autonomia, para que os mesmos possam tomar decisões e flexibilizar o currículo de acordo com o contexto em que se encontra, no sentido de contribuir de formas diversificadas com as diferentes populações que se encontra no ambiente escolar.



Entretanto para Bénard da Costa (2006), capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é um grande desafio que se coloca à própria escola e particularmente aos professores que nas suas práticas ainda recorrem ao ensino tradicional. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos dentro da sala sem recorrer ao ensino tradicional, procurar as melhores formas de adaptar ou alterar o currículo à diversidade das necessidades das crianças, trabalhar em articulação com outros profissionais da educação, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica, são algumas das tarefas fundamentais que a escola inclusiva impõem aos professores nas suas práticas.

Considerações Finais

É de suma importância que as crianças autistas frequentem uma escola, uma vez que é um direito previsto pela legislação desde 2012, alcançando o desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo, garantindo a aprendizagem da criança. Por outro lado, os professores devem estar capacitados para atuar com os autistas, dentro da sala, sabendo agir em relação à questão comportamental e também em relação ao currículo, usando metodologias que favoreçam a aprendizagem da criança autista.

Sobre as questões metodológicas, devem ser formuladas teorias de ensino que visam contemplar as necessidades de cada indivíduo e seu transtorno, pois, cada criança precisa de um atendimento diferenciado com metodologias apropriadas a suas necessidades. Já o professor deve saber respeitar suas limitações, propondo atividades incentivadoras promovendo estímulos e quem sabe, sua superação.

Nota-se que muitas vezes que os educadores se sentem despreparados na atuação com esses alunos, mas cabe a esses profissionais centrar seu trabalho no aluno a ser incluído como se ele tivesse a tarefa de alcançar os outros. A escola deve estar preparada para assegurar as especialidades de tensão que alguns casos, sendo necessário reconhecer nas atividades, no currículo e no planejamento,



potencialidades, características e identidades, aparecendo com isso à subjetividade de cada aluno, de sua família e da comunidade que pertence. Sendo assim, o professor não deve apenas se prender às habilidades que estas crianças têm para promover suas aulas, mas também, criar possibilidades de desenvolver outras habilidades e estimular as limitações que a criança autista possui.

Referencias

BEREOHFF, Ana Maria P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: GEPAPI, 1991.

BEREOHFF, Ana Maria P; LEPPPOS, Ana Lúcia e FREIRE, Helena Vasconcelos. **Considerações técnicas sobre o atendimento psicopedagógico do aluno portador de condutas típicas da síndrome do autismo e de psicoses infanto-juvenis**. Brasília: ASTECA, 1994.

BÉNARD DA COSTA, A. **Promoção da educação inclusiva em Portugal. Fundamentos e sugestões**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira, 1988**. Brasília: Senado federal, 1988.

BRASIL. LDB. **Leis Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **DECRETO Nº 3298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, Dispõe Sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Consolida as Normas de Proteção, e da Outras Providencias.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Princípios, política e prática em educação especial. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEEP, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Resolução CNE/CEB nº 2/2001**, Brasília: MEC/SEEP, 2001.



BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual, v. 10. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO Público de São Paulo. **Cartilha:** direitos da pessoa autista. São Paulo: Edepe. 2011.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. **Nova Escola**, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa.** 4. ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, W. B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** São Paulo: Summus, 2006.

FONSECA, Vítor da. **Tendências futuras da educação inclusiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

_____. **Uma escola para todos e com todos: o mote da inclusão.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PERRENOUD, P. **La pédagogie à l'école dès différences.** Paris: ESF, 1995.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, pp. 299-318, 2006.